

Gênero e sexualidade na tribuna

Narrativas de vereadoras do Rio Grande do Sul

DÁRCIA AMARO ÁVILA*
PAULA REGINA COSTA RIBEIRO**

RESUMO: Neste artigo, buscamos compreender como as questões de gênero e sexualidade são discutidas nas câmaras municipais da região Sul do Rio Grande do Sul (RS) com base na narrativa de onze vereadoras de cinco municípios. Problematizamos discursos sobre o direito ao próprio corpo, à religião e à homofobia, utilizando as contribuições dos estudos culturais e da análise do discurso foucaultiana.

Palavras-chave: Política. Gênero. Sexualidade.

Introdução

As diversas posições de gênero e sexualidade ganharam visibilidade na atualidade. No entanto, algumas formas de construir e viver essas posições têm sido mais legitimadas do que outras nos debates políticos. Gênero e sexualidade, encontram resistências nesses debates, pois levam a pensar que o sujeito assume outras posições ao longo da vida, rompendo com a unidade e a essência, próprias do sujeito moderno.

Neste texto, buscamos lançar um olhar sobre o gênero e a sexualidade no espaço da política partidária das câmaras municipais de alguns municípios do estado do Rio Grande do Sul (RS). O objetivo deste artigo é provocar a reflexão sobre como as discussões e ações na tribuna são abordadas e como têm sido pensadas para a educação.

* Doutoranda em Educação Ambiental. Participante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola da Universidade Federal do Rio Grande (GESE/FURG). Rio Grande/RS - Brasil. *E-mail:* <darcia.avila@furg.br>.

** Professora Associada IV do Instituto de Educação da FURG, Líder do GESE/FURG e Bolsista Produtividade 1C. Rio Grande/RS - Brasil. *E-mail:* <pribeiro@vetorial.net>.

Fundamentamos a pesquisa no campo de investigação dos estudos culturais, que analisam os processos culturais como construção social e historicamente situada, o que permite problematizar a produção cultural através dos discursos e práticas de gênero e sexualidade de diferentes instâncias sociais, contribuindo para a construção de novas relações na busca por uma sociedade plural e democrática. (SCOTT, 1995; LOURO 2011b; MEYER, 2003).

Na primeira seção, tecemos algumas discussões sobre a diversidade de gênero e sexual; na segunda, as estratégias metodológicas para a produção dos dados da pesquisa; na terceira, apresentamos alguns resultados, discutindo a presença e abordagem dessas questões a partir do olhar das vereadoras da região Sul do RS. Por fim, apresentamos algumas considerações.

Sobre o gênero e sexualidade

As questões que envolvem gênero e sexualidade têm, nos últimos anos, ocupado destaque nas mídias e têm sido parte central de alguns debates políticos e educacionais em nossa sociedade. Diante dessa efervescência histórica e social, no Brasil, as agendas políticas vêm apresentando o desafio de visibilizar e garantir o direito dos sujeitos expressarem as múltiplas formas de serem homens e mulheres e de vivenciarem seus desejos afetivo-sexuais.

Considerando que a diversidade não possui uma definição conceitual única e entendendo os riscos e implicações de seu uso, utilizamos a palavra *multiplicidade* a fim de olhar para a diversidade de posições de gênero e sexualidade que os sujeitos ocupam. Segundo Silva (2000), precisamos nos aproximar de uma lição da “filosofia da diferença”, que diz respeito ao múltiplo e não ao diverso. Para o autor, “tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação” (SILVA, 2000, p. 100). A multiplicidade encontra-se em movimento, é produtiva, prolifera e dissemina, o que corrobora a necessidade de reflexão sobre os tempos considerados pós-modernos.

Neste tempo encontramos rompimentos e transformações. Uma das modificações é a noção de sujeito, que difere da construída pela modernidade a partir das concepções de essência e unidade. O sujeito pós-moderno é fragmentado, dividido, descentralizado, múltiplo, pensado e produzido cultural e socialmente. Poderíamos dizer: um sujeito fundado pela história. Segundo Foucault (2003, p. 10), devemos observar “a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.” Nesse contexto, cabe pensar como o gênero e a sexualidade se apresentam no novo tempo e que implicações provocam a esse sujeito historicamente situado e culturalmente produzido.

Tanto o gênero como a sexualidade são produtos de um processo cultural que se utiliza da linguagem para constituir nossas formas de ser e estar no mundo. Nos últimos anos, a preocupação com os significados tem direcionado diversos pesquisadores/as a se debruçar sobre o papel dos discursos na cultura, a fim de entender

o agrupamento (ou *formação*) de ideias, imagens e práticas, que propiciam formas de se falar, formas de conhecimento e conduta associadas a um tópico particular, a atividade social ou a localização social na sociedade (HALL, 1997, p. 7).

Nessa perspectiva, desde as chamadas “ondas”, o movimento feminista procurou colocar em xeque a essencialização das mulheres com base na genitália, que determinava sua única forma de ser e estar. Assim, surgiram teorizações sobre as relações sociais entre homens e mulheres e a crítica à noção biologicista. Em meados dos anos 1970, feministas anglo-saxãs problematizaram o conceito de gênero, que procura introduzir na história a relação entre os sexos, mostrando sua construção cultural e não inata ou parte da essência humana. (MEYER, 2003; LOURO, 2011a).

Enfocar a sexualidade como construção cultural para Louro (2011a) é uma das grandes dificuldades que os estudos Gays, Lésbicos e *Queer*⁴ se deparam, pois, assim como o gênero, frequentemente associamos a sexualidade à natureza ou à biologia. Segundo a autora, “frequentemente, se supõe que a natureza e a biologia constituem uma espécie de domínio à parte, alguma coisa que ficaria fora da cultura” (LOURO, 2011b, p. 64). Uma concepção antropocêntrica com que ao longo dos séculos fomos educadas/os.

Assumir que ambos os conceitos são produzidos na e pela cultura é considerar que “Aprendemos a ser um sujeito do gênero feminino ou masculino, aprendemos a ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos, etc., em muitas instâncias” (LOURO, 2011b, p. 64).

Nessa direção, não podemos ainda operar com a unidade de um sujeito. Cada cultura irá construir seus próprios sistemas de significação, suas próprias formas de ser homem e mulher e a dar significado às suas práticas e desejos afetivos e sexuais. Como é construído na e pela cultura, o sujeito é provisório, assim como a cultura. Eles se modificam e se transformam.

Pensar gênero e sexualidade com base nestas concepções é ampliar o olhar para as possibilidades de viver em sociedade, é reconhecer a multiplicidade. Há muitas formas de ser feminino e masculino e de viver a sexualidade. Nos tempos pós-modernos começamos um movimento de visibilidade das formas que destoam da norma estabelecida culturalmente, tanto para os gêneros (cisgênero¹, travestis, transexuais, *drag queen*, *drag king*), como para as sexualidades (heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais). Alguns autores/as identificam esta norma como heteronormatividade, ou seja, um conjunto de valores, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como

a única forma legítima e natural de viver os desejos sexuais, ou, como ressalta Louro (2011a), como uma heterossexualidade obrigatória.

Com tais pressupostos, pretendemos lançar nossos olhares para as narrativas das vereadoras sobre o gênero e sexualidade, a fim de analisar como são abordadas na tribuna e que contribuições trazem para a educação.

A investigação narrativa como pressuposto metodológico

Esta pesquisa é parte integrante de uma dissertação de mestrado², na qual se procurou investigar a inserção e participação das mulheres na política partidária de alguns municípios do estado do RS. Detivemo-nos em municípios que fazem parte do cordão litorâneo sul-rio-grandense onde a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) vem desenvolvendo algumas atividades. Além disso, escolhemos municípios que possuem vereadoras atuantes no período 2009-2012.

Focaremos, neste momento, o olhar nas narrativas de vereadoras participantes sobre as questões de multiplicidade de gênero e sexual. Utilizamos como metodologia a investigação narrativa a partir das entrevistas individuais e semiestruturadas, as quais foram filmadas nas câmaras de vereadores e transcritas posteriormente. Respeitando as questões éticas da pesquisa e da metodologia, elaboramos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as vereadoras autorizarem a entrevista e seu uso neste estudo. Dessa forma, foram convidadas a participar da pesquisa onze (11) vereadoras, de cinco (5) municípios (São José do Norte, Mostardas, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão). Elas estão identificadas neste trabalho por codinomes escolhidos pelas pesquisadoras: Sofia, Clarice, Eva, Tarsila, Berenice, Valentina, Júlia, Paola, Vanessa, Lígia e Larissa.

As participantes são filiadas a partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Progressista (PP), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Possuem escolaridade de nível médio a superior e as seguintes ocupações: (3) professora, (1) pedagoga, (1) médica, (1) agente de saúde, (1) assistente social, (1) produtora rural, (1) hoteleira, (1) estudante, (1) dona-de-casa/do lar. Elas estão na faixa etária de vinte e nove (29) a sessenta e nove (69) anos. Quanto à conjugalidade, das onze (11) entrevistadas, seis (6) estão casadas, duas (2) são viúvas, uma (1) está em união estável, uma (1) está solteira e uma (1) é divorciada. Todas possuíam filhos/as.

As narrativas das vereadoras são constituídas de muitas histórias. Segundo Connelly e Clandinin (1995), é no contar e ouvir das histórias que aprendemos a construir as nossas múltiplas identidades e a dar sentido a quem somos. De acordo com Cunha (1997), o trabalho com as narrativas objetiva fazer com que o sujeito torne-se visível para si mesmo;

ou seja, no contar de suas histórias, as vereadoras estão organizando suas ideias, construindo e reconstruindo suas experiências, histórias e identidades. Nesse sentido, na estratégia de análise utilizamos das contribuições da análise do discurso foucaultiana a fim de “olhar” para as narrativas das vereadoras compreendendo-as em contextos históricos, políticos e linguísticos em que discursos e práticas sobre as questões de gênero e sexualidade são acionados conforme os regimes de verdade da contemporaneidade.

Educação, gênero e sexualidade na tribuna

No decorrer das narrativas, ao serem questionadas sobre as questões de gênero e sexualidade, as vereadoras entrevistadas enfatizaram a necessidade de discussão dentro das escolas, com base na implementação, no currículo escolar, de temas que envolvem discriminação e preconceito, e apresentam algumas estratégias que consideram importantes para agregar à discussão. As narrativas que seguem podem ilustrar esse entendimento:

- » [...] tem que ter um conteúdo dentro da educação, uma matéria que venha discutir realmente. Dentro da matéria de ciências, de história, principalmente. (Tarsila).
- » O trabalho que a gente faz sempre e que tem que ser reforçado que é dentro das escolas para que, desde pequeno, não haja esse preconceito, então, isso vem se trabalhando. E o município vem trabalhando nesse sentido de qualificar os professores [...] ainda existe todo esse preconceito (Sofia).
- » Do meu ponto de vista, tem que ser mais educacional, tem que ter mais instruções para as pessoas, tem que levar mais conhecimentos para as pessoas, que é uma coisa que depende da educação, eles poderiam inserir conteúdos que explicasse (Júlia).

Nas narrativas, identificamos que essas temáticas não são consideradas pertencentes ao currículo escolar. Com isso, há a necessidade de incluí-las como disciplinas ou parte de uma disciplina como história e ciências a partir de propostas específicas e da qualificação dos/as professores/as. Assim, entendemos que as questões de gênero e sexualidade não devem estar à margem do currículo escolar tampouco de maneira pontual e fragmentada nas escolas. Elas precisam estar presentes nos projetos políticos pedagógicos como parte integrante das escolas. Com isso, “A educação sexual entendida como um conteúdo transversal trabalhado de forma interdisciplinar deve ser pensada como temática integrante do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e dos sistemas de ensino.” (EDUCACÃO, 2014, p. 29).

Apesar de considerarem a importância dessa discussão na escola como forma de enfrentamento às discriminações e preconceito, as vereadoras entrevistadas pouco conseguem debatê-las na tribuna, o que dificulta a implementação de ações e contribuições sobre gênero e sexualidade. Na narrativa da vereadora a seguir, podemos observar esta questão:

- » Acho que [esses] determinados assuntos mexe muito, é uma coisa emocional. A questão de cota para mulher, do aborto, da homofobia, isso é uma coisa que mexe muito com as pessoas da nossa formação, então não tem ainda um amadurecimento (Tarsila).

Assuntos como violência, drogas, segurança, infraestrutura da cidade são comumente discutidos na Câmara. Entretanto, temas como homofobia, aborto, políticas para o público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) que estão em voga no Parlamento brasileiro são categoricamente respondidas pelas onze (11) vereadoras como não sendo parte de uma demanda do município. Duas (2) vereadoras narram momentos pontuais em que são procuradas por sujeitos LGBT:

- » Não, aqui existe claro, dos poucos que existem e se mostram, inclusive são meus amigos, eles procuram muito por essa área da saúde. Alguns têm HIV, mas é tudo muito sigiloso. Outros eu já encaminhei, (...) um ou dois anos que eles têm de preparo para a troca de sexo que eles se preparam para fazer (Clarice).
- » Eu só tive uma denúncia de um rapaz que sofreu ataque homofóbico aqui da cidade. Mas é aquela coisa, o que ele podia fazer? Eu só orientei: tem que registrar queixa! Enfim, ele tinha que passar todo o procedimento, ele sabia quem era. Mas essas questões não chegam aqui, não são tratadas. A questão da homofobia está presente em todos os lugares, só não enxerga quem não quer. E isso, também, é um tema que um dia eu trouxe para o plenário, mas fico sabe (...) ninguém conduz (Larissa).

A criminalização da homofobia, ou seja, tornar crime as agressões e violências praticadas contra os sujeitos LGBT devido às formas de se relacionar afetivo-sexualmente, o que difere da norma heterossexual estabelecida, é pauta atualmente dos debates políticos no Parlamento brasileiro. Entretanto, é pouco discutida e reconhecida entre os parlamentares municipais.

A seguir destacamos alguns aspectos elencados pelas vereadoras que demonstram que estas questões não se constituem como uma demanda do município:

- » Eu vejo no nosso município uma convivência muito normal [...] Nós tivemos muitas pessoas... Como eu posso dizer... Muito folclóricas que tinham outra opção sexual. Então, não era e nunca teve grandes problemas quanto a isso. O nosso

cronista social também é, pessoa que convive em todos os espaços sem problema nenhum (Berenice).

- » Na Câmara, não chega nada. Não se tem discussão sobre esses temas aqui. Aqui são temas, na verdade, talvez porque nosso município é pequeno, são coisas muito pontuais que tocam no dia-a-dia das pessoas, que é aquela coisinha pequena que é a luz, a estrada, que diz respeito ao salário, entende? (Sofia).

Com essas narrativas, notamos que essas questões não são entendidas como demanda dos municípios em decorrência de serem pequenos e do interior e, também, por haver uma “boa convivência”. Com base nas narrativas das duas vereadoras, podemos verificar que, na realidade, são silenciadas e invisibilizadas. Isso decorre, principalmente, de uma cultura centrada na sexualidade construída com base em padrões heteronormativos, que tem a heterossexualidade como norma. Na busca por preservá-la como norma, silenciam-se e invisibilizam as outras formas de se relacionar.

Nesse sentido, por que os/as homossexuais não procuram seus direitos na Câmara? Não existe a homofobia nesses municípios? Como ressalta uma das vereadoras, a homofobia existe em todo lugar, incluindo o da política partidária. Aqui entendemos esse termo não somente envolvendo violências físicas, mas, também para indicar “[...] todo tipo de aversão e ódio atribuído aos homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Além disso, muitas são as práticas homofóbicas, não envolvendo somente a violência física, pois a violência verbal também é uma forma de discriminar” (LONGARAY, 2010, p. 62). Com base na autora, a homofobia também se manifesta na omissão e silenciamento dessas questões de diversas maneiras. Segundo Borrillo (2001, p. 17), “a homofobia é algo familiar e, ainda, consensual, sendo percebida como um fenômeno banal [...]. Invisível, cotidiana, compartilhada, a homofobia participa do senso comum”.

Uma das maneiras compartilhadas da homofobia que identificamos no Parlamento brasileiro é a desencadeada pelas crenças do fundamentalismo religioso. A bancada evangélica, que tem como representantes e porta-vozes líderes religiosos, é atualmente considerada a segunda maior bancada temática no Parlamento, perdendo apenas para a bancada ruralista. Diante desse número, essa bancada tem vetado ações para a população LGBT, como o “kit anti-homofobia”, criado pelo Ministério da Educação (MEC) para o combate da homofobia nas escolas públicas (VITAL; LOPES, 2012). Além de questões que envolvem as mulheres na sociedade, como a descriminalização e/ou legalização do aborto.

Quanto ao aborto, as vereadoras posicionaram-se: duas totalmente contra o aborto; seis, de forma contrária, mas a favor em casos extremos; duas a favor da descriminalização, uma afirma que não há como não legalizar em alguns casos. Para todas as vereadoras trata-se de uma questão difícil de emitir um posicionamento, pois está

associada com à nossa cultura e, principalmente, à religião. Inclusive, algumas vereadoras fizeram questão de demarcar a sua religião como católicas. Diferentes discursos em nossa sociedade são produzidos com base nessa questão. Entretanto, dois destacam-se atualmente: o discurso feminista do direito ao próprio corpo da mulher e o discurso religioso do direito à vida.

Swain (2009, p. 398) anuncia que “não é sem razão que os feminismos reclamam, há anos, o direito das mulheres de decidirem sobre seus corpos, sua sexualidade, o respeito de seu desejo ou não de procriação”. Com base na análise do filósofo Foucault (SWAIN, 2009) sobre o dispositivo da sexualidade³ e o controle da população na manutenção da vida, a autora denuncia um dos mecanismos de sujeição, uma das tecnologias de gênero, ou seja, o controle do corpo das mulheres e da procriação, o qual produz as hierarquias e as normas de gênero. De acordo com a autora, “Controlar os corpos das mulheres que multiplicam vidas, legislar e normatizar sobre a concepção/sexualidade, sobre o “direito de viver” *in útero*, em detrimento das mulheres e seus direitos de cidadania, são meandros das tecnologias de gênero” (SWAIN, 2009, p. 392). Nesse sentido, é necessário problematizar os discursos que instituem e regulam no âmbito das tecnologias de gênero, produzidas com base em uma estrutura binária da diferença sexual: o direito de uns em detrimento do direito de outros.

As questões de homofobia, aborto e políticas LGBT entrelaçam-se no Parlamento brasileiro com as concepções das lideranças evangélicas e católicas, cada dia mais presentes no cenário político nacional. Tal situação, também emergiu nas narrativas das vereadoras:

- » O que eu vejo aonde que se esbarra, esbarra na igreja católica e nas igrejas protestantes, acho que é porque eles são totalmente contra o aborto. A gente sabe que morre muita mulher com esses abortos que são feitos clandestinos (Valentina).

Apesar de o Estado brasileiro tornar-se laico desde a primeira Constituição, 1891, ainda hoje há debates travados em torno da laicidade. De acordo com Vital e Lopes (2012), no Brasil, dos anos 1990 até 2012, foram contabilizadas 96 publicações, dentre estas: artigos, teses, dissertações e livro sobre o tema. Nestes, a ideia predominante, de acordo com Vital e Lopes (2012), é que “a manutenção da separação entre as esferas públicas ou estatal e religiosa é condição fundamental para o exercício da cidadania”.

Ainda de acordo com os autores, a demanda dos grupos religiosos de evangélicos é para que todas as religiões tenham acesso e relação com o Estado. Entretanto, esse discurso de igualdade vai assumindo novas configurações com base no aumento desse grupo e na condição católica de *status quo*. Assim, pouco a pouco, o acesso igualitário a todas as religiões configura-se nas demandas e discursos de uma religião às outras. (VITAL; LOPES, 2012).

Nas narrativas das entrevistadas percebemos a dificuldade de visibilizar essas questões no espaço do Legislativo municipal. Um espaço que permite a construção, avaliação e legitimação de projetos e ações para a cidade, contribuindo para a melhoria das políticas públicas. Com o silenciamento presente, que políticas públicas seriam implementadas para garantir a promoção da multiplicidade de gênero e sexual? Que parcerias seriam construídas com a educação?

As discussões sobre políticas públicas, principalmente abarcando esses temas, ainda são recentes. Segundo Souza (2003), apenas nas últimas décadas o tema das políticas públicas foi incorporado nas agendas de pesquisas. É no esforço de preencher essa lacuna que essa autora apresenta algumas definições importantes para se pensar a construção e a implementação das políticas públicas em educação. Segundo Souza (2003), podemos resumir a definição de políticas públicas como um campo de conhecimento que coloca em ação o governo, mas, também, analisa essa ação. Quando necessário, propõe mudanças no rumo dessas ações: “Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.” (SOUZA, 2003, p. 13).

As “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2003, p. 14). Essa compreensão faz-se necessária para as análises sobre os espaços que cabem ao governo na definição e implementação dessas políticas, considerando outros segmentos sociais envolvidos na sua formulação, como os movimentos sociais e as agências multinacionais, por exemplo. Apesar de haver algumas limitações nas ações municipais, cabendo algumas leis às Câmaras dos deputados e ao Governo federal, o Legislativo municipal pode, em suas práticas cotidianas, promover espaços de discussão, como coordenadorias para as mulheres, conselhos municipais de atenção à diversidade de gênero e sexual, projetos que abordem o respeito ao uso do nome social nas escolas, entre outras políticas.

Algumas considerações

Ao longo desse texto fomos provocadas pela necessidade de discussão das questões que envolvem a multiplicidade de gênero e sexual em todos os âmbitos da sociedade: mídia, escola, universidade, política etc. Com isso, desestabilizar as concepções naturalizadas do que é ser homem, ser mulher e de viver seu desejo afetivo-sexualmente. Estas que estão marcadas por “um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal.” (BUTLER, 2003, p. 28).

Nas narrativas das vereadoras emergiram discursos como o da homofobia, que mais recentemente ganhou visibilidade a partir do governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Um discurso de denúncia de uma heterossexualidade tomada como norma na sociedade. Outro discurso que emerge nas narrativas é o religioso, que vem provocando disputas no parlamento brasileiro em relação às questões que envolvem a multiplicidade de gênero e sexual. Nesse contexto, também emerge o discurso do direito ao próprio corpo em que algumas vereadoras posicionam-se a favor de que a mulher decida sobre as questões que o envolvem como o aborto. Um discurso de luta dos movimentos feministas contra a opressão das mulheres na sociedade.

Por fim, entendemos que estamos imersos em uma rede de discursos que constituem as formas de se relacionar, desejar e amar. Entretanto, é preciso, segundo Veiga-Neto (2007, p. 23), “desconfiar das bases sobre as quais se assentaram as promessas e as esperanças nas quais nos ensinaram a acreditar” para que possamos problematizar e desmistificar entendimentos naturalizados dos sujeitos. Em tempos considerados pós-modernos, procuramos borrar as bases fixas e estáveis de gênero e sexualidade, evidenciando as múltiplas formas de ser sujeito em sociedade.

Recebido em abril de 2015 e aprovado em julho de 2015

Notas

- 1 Cisgênero ou Cisgênero é o termo utilizado para se referir as pessoas que possuem concordância com o gênero designado ao nascimento, ou seja, possui uma correspondência entre gênero e sexo biológico. Diferentemente dos/as transexuais e travestis que transcendem o gênero que foram designados/as ao nascimento não havendo essa correspondência sexo/gênero. A origem da palavra vem do latim, na qual, Cis significa “ao lado de” ou “no mesmo lado de”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cisg%C3%A9nero>>.
- 2 Pesquisa intitulada *É preciso ter coragem: um estudo das narrativas de mulheres na política*, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande no Programa de Pós-Graduação em Educação.
- 3 Esse dispositivo constrói os corpos e determina a heterossexualidade normatizadora, regulando os poderes sobre a vida e a morte. (SWAIN, 2009).
- 4 O termo *Queer* emerge nos Estados Unidos no final dos anos de 1980. O termo significa estranho, excêntrico e foi criado para se referir aos homossexuais de forma pejorativa. Atualmente, este termo também possui outro significado, ou seja, contestar as normas socialmente aceitas, como a heteronormatividade.

Referências

- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONNELLY, F. Michel; CLANDININ, D. Jean. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, Jorge et al. **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación**. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11-59.
- CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora! As narrativas como alternativa pedagógica na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n° 1-2, jan./dez. 1997.
- EDUCAÇÃO sexual: proposta curricular. Santa Catarina, [20-]. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/doc_download/411-proposta-curricular-educacao-sexual>. Acesso em 20 nov. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003. 160p.
- HALL, Stuart. The Work of Representation. In: _____. (org.). **Representation: cultural representations and signifying practices**. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997. p. 2-73.
- LONGARAY, Deise Azevedo. **Eu já beijei um menino e não gostei, ai beijei uma menina e me senti bem: um estudo das narrativas de adolescentes sobre homofobia, diversidade sexual e gênero**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n° 4, p. 62-70, jan./jul. 2011a. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/9/30/1>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- _____. **Feminilidades na pós-modernidade**. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys10/riogrande/guacira.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014
- _____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. 179p.
- MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n° 2, 1995, p. 71-99.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SOUZA, Celia. Políticas públicas: questões temáticas de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n° 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
- SWAIN, Tania Navarro. "Todo homem é mortal. Ora, as mulheres não são homens; logo, são imortais". In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Para uma vida não-facista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 389-402.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 164p.
- VITAL, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012. 232 p.

Gender and sexuality within City Council leadership *Narratives of Councillors in Rio Grande do Sul*

ABSTRACT: In this article, we seek to understand how gender and sexuality are discussed in the municipalities of southern Rio Grande do Sul (RS) based on the narrative of eleven councillors in five municipalities. We examine the issues according to the right to decide with regard to one's own body, religion and homophobia, and making use of the contributions of cultural studies and Foucault's discourse analysis.

Keywords: Politics. Gender. Sexuality.

Genre et sexualité à la tribune *Récits d'adjoints au maire du Rio Grande do Sul*

RÉSUMÉ: Dans cet article, nous cherchons à comprendre comment les questions de genre et de sexualité sont discutées dans les chambres municipales de la région sud du Rio Grande do Sul (RS) en nous basant sur le récit de onze adjoints au maire de cinq municipalités. Nous problématisons les discours sur le droit sur son propre corps, sur la religion et l'homophobie, en utilisant les contributions des études culturelles et de l'analyse du discours foucauldienne.

Mots-clés: Politique. Genre. Sexualité.

Gênero e sexualidade na tribuna *Narrativas de vereadoras do Rio Grande do Sul*

RESUMO: Neste artigo, buscamos compreender como as questões de gênero e sexualidade são discutidas nas câmaras municipais da região Sul do Rio Grande do Sul (RS) com base na narrativa de onze vereadoras de cinco municípios. Problematizamos discursos sobre o direito ao próprio corpo, à religião e à homofobia, utilizando as contribuições dos estudos culturais e da análise do discurso foucaultiana.

Palavras-chave: Política. Gênero. Sexualidade.